

Para ACM, pacote será aprovado

■ Senador diz que preferia Imposto de Renda sem nenhum aumento, mas lembra que governo fez o que podia pelos mais pobres

RENATO FAGUNDES

BRASILIA - O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), disse ontem que as mudanças feitas pelo governo no pacote fiscal serão suficientes para a aprovação da medida provisória que trata do aumento do Imposto de Renda de Pessoa Física e dos cortes de incentivos fiscais regionais e setoriais.

O governo excluiu do aumento de alíquota quem ganha menos de R\$ 1.800 mensais, mas manteve o aumento para quem recebe mais do que esse teto, que passará a pagar 27,5%.

"Se dependesse de mim, não haveria qualquer aumento de alíquota. Mas se é isso que o governo pode dar, paciência", comentou o senador, por telefone, de Salvador.

Para Antônio Carlos, ainda haverá resistência de setores do PFL, mas isso não vai impedir a aprovação do pacote. Ele acredita, também, que o fato de Fernando Henrique não ter suprimido inteiramente o aumento do Imposto de Renda - que vai atingir principalmente a classe média - pode dar munição à oposição, que viu o ataque ao pacote ser liderado justamente pelo PFL, um dos principais partidos de sustentação do governo.

"A oposição pode até trabalhar nisso. Mas eles perderam a hora, se esqueceram de defender o povo quando deveriam", provocou o senador.

Oposição - O senador baiano confirmou ter dito a Fernando Henrique que o presidente deveria agradecer a ele, Antônio Carlos, pelas críticas ao pacote econômico.

"É verdade. As principais críticas partiram de mim e não da oposição", lembrou. "Como não sou candidato à presidência da República, e sim um aliado, isso foi bom para o presidente", acrescentou.

Segundo Antônio Carlos, as mudanças nos incentivos fiscais regionais são corretas, ao prever uma diminuição progressiva das isenções para as regiões Norte e Nordeste e para o Espírito Santo.

Em vez de cortar todos os incentivos pela metade, o relator da medida provisória, Roberto Brant, avisou que a redução, a princípio, será menor do que a prevista.

Além disso, a isenção vai cair progressivamente nos próximos anos, até 2013. "Isso está bom. Achei correto", afirmou Antônio Carlos.

Na verdade, todas as mudanças no pacote foram previamente informadas ao senador, que se encontrou com o presidente Fernando Henrique Cardoso na quinta-feira passada, no Palácio da Alvorada. Antônio Carlos disse que não estava inteiramente satisfeito, e que diria isso em entrevistas.

Fechado o acordo, o senador foi procurado novamente por Fernando Henrique, na sexta-feira, quando conversaram por telefone, após o presidente anunciar, na televisão, quais seriam as diretrizes das modificações no pacote.

Desgaste - Antônio Carlos Magalhães havia dito antontem, em Salvador, que o presidente sairia desgastado do episódio, porque faltava uma cabeça política em sua equipe econômica.

Ele criticara a decisão de usar o Imposto de Renda para aumentar a arrecadação e outros abalos desnecessários na imagem do governo, como o anúncio da demissão de 33 mil servidores. Logo depois de divulgar essa medida, o governo voltou atrás e reconheceu que não poderia executá-la por enquanto.

Segundo Antônio Carlos, a reforma administrativa - que chega esta semana ao Senado, depois da vitória do governo na Câmara dos Deputados - deve ser aprovada integralmente. "Mas sou obrigado a cumprir os prazos", disse o senador. Ele acha que será possível aprovar definitivamente a reforma entre janeiro e fevereiro do ano que vem.